



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 17/2023**

Período: 20/05/2023 - 26/05/2023

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Mulher de tenente-coronel Mauro Cid afirmou que marido falsificou certificados de vacinação
- 2- Militares têm nomes discutidos para depor na CPMI do 8 de janeiro
- 3- Ministros utilizaram aeronaves da FAB e geraram questionamentos
- 4- Militares retornaram à segurança presidencial no GSI
- 5- Defesa de tenente-coronel pediu revogação de prisão preventiva e encaminhamento do caso ao STF
- 6- Ministro da Defesa minimizou pedido de militares sobre limite de gastos e discutiu exceções para investimentos na Marinha
- 7- Colunista avaliou divergências entre a Defesa e a política externa brasileira
- 8- Colunistas comentaram sobre investimentos de Lula na indústria de Defesa
- 9- Em entrevista, diretor do Instituto Vladimir Herzog declarou que o Estado brasileiro será cobrado sobre a Comissão da Verdade
- 10- STM condenou coronel da Aeronáutica por racismo

1- Mulher de tenente-coronel Mauro Cid afirmou que marido falsificou certificados de vacinação

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a mulher do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL), admitiu em depoimento à Polícia Federal (PF) o uso de certificado falso de vacinação contra a Covid-19 para viajar aos Estados Unidos da América e burlar a vigilância sanitária. Gabriela Cid afirmou também que seu marido foi o responsável por falsificar os certificados de Bolsonaro no sistema do Ministério da Saúde. (*Correio Braziliense* - Política - 20/05/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 20/05/23)

2- Militares têm nomes discutidos para depor na CPMI do 8 de janeiro

Segundo reportagem publicada no periódico *O Estado de S. Paulo*, com o início da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) responsável por investigar os eventos de 08 de janeiro de 2023, parlamentares que compõem a base governista do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Congresso discutiram os nomes que pretendem convocar para depor na CPMI. Entre eles, debateu-se a possibilidade de convocar o general Walter Souza

Braga Netto (PL), que concorreu ao cargo de vice-presidente na chapa de reeleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) em 2022, além do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, e o ex-militar Ailton Barros, preso pela Polícia Federal (PF) por envolvimento no esquema da falsificação da carteira de vacinação de Bolsonaro e que, com base em conversas analisadas pela PF, teria arquitetado um golpe de Estado. (O Estado de S. Paulo – Política – 20/05/23)

### 3- Ministros utilizaram aeronaves da FAB e geraram questionamentos

Em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, ministros do atual governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), utilizaram aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para realizar viagens de Brasília para suas cidades de residência antes de fins de semana e feriados. Esses ministros possuem direito de fazer tais viagens, desde que cumpram certos requisitos. Segundo a reportagem, ocorreram pelo menos 82 viagens, envolvendo ministros como Fernando Haddad, da pasta da Fazenda; Luiz Marinho, ministro do Trabalho; Nísia Trindade, ministra da Saúde, e Flávio Dino, ministro da Justiça e da Segurança Pública. Em entrevista à *Folha*, o professor de Direito, André Rosilho, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), destacou a importância de ficar atento a possíveis "compromissos fabricados", afirmando que "Em princípio, não há uma ilegalidade evidente, mas é importante observar o comportamento a longo prazo. Talvez seja necessário verificar se esses compromissos são realmente indispensáveis ou apenas criados por conveniência". O professor de Direito Administrativo do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Antonio Rodrigo Machado, defendeu que o Estado deve considerar os deslocamentos dos ministros para suas regiões, levando em conta o sacrifício pessoal que isso representa, mas ressaltou que isso não significa que o Estado deva arcar com os custos de forma excessiva e ilimitada. Segundo Machado, "O uso de voos duplos da FAB durante o final de semana, com um avião para ir e outro para voltar, pode indicar um gasto de dinheiro público que não está de acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública [...]. Se a agenda foi planejada para garantir essa prerrogativa, o caso se torna ainda mais delicado, pois poderia configurar desvio de finalidade". Ele completou afirmando que "O uso de aeronaves da FAB deve ser uma exceção, utilizado somente em situações de segurança que assim o exijam ou quando houver benefício para a agenda pública da autoridade". A *Folha* afirmou que Haddad foi o ministro que mais utilizou as aeronaves da FAB no período analisado, para viajar de Brasília a São Paulo durante os períodos que englobam o final de semana. A reportagem também informou que o Ministério da Fazenda, em nota, afirmou cumprir rigorosamente o decreto que regula o uso das aeronaves da FAB. Além disso, o Ministério da Saúde se pronunciou dizendo que os voos da ministra "são referentes a agendas oficiais relacionadas ao seu trabalho frente à pasta, com foco no fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde)". O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), passou sete fins de semana em São Luís, estado do Maranhão, viajando de ida e volta para Brasília em voos da Aeronáutica, segundo a reportagem, totalizando 16 trajetos entre as duas cidades. Na maioria dos casos, Dino não teve compromissos oficiais na agenda, ao contrário de seus colegas. Um dos poucos compromissos que teve foi uma reunião com o governador do Maranhão, Carlos Orleans Brandão Junior (PSB),

seu aliado político. O Palácio do Planalto foi procurado para se pronunciar sobre o assunto, porém disse que deixaria os próprios ministros explicarem suas viagens a bordo das aeronaves da FAB. (Folha de S. Paulo - Política - 20/05/23)

#### 4- Militares retornaram à segurança presidencial no GSI

Segundo notícia publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) nomeou o coronel do Exército Laurence Alexandre Xavier Moreira como novo diretor do departamento de Segurança Presidencial, marcando o retorno dos militares a essa função. Desde o período de transição, havia uma disputa entre a Polícia Federal (PF) e os militares pelo controle da segurança presidencial. Devido à desconfiança dos petistas em relação ao GSI, liderado pelo general Augusto Heleno Ribeiro Pereira durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), a decisão foi de deixar a segurança pessoal do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sob responsabilidade da PF. Entretanto, em uma entrevista à *Folha* no início de maio, o novo ministro do GSI, general Marcos Antonio Amaro, revelou que Lula decidiu reverter essa mudança. Ainda segundo a reportagem, o novo diretor da segurança presidencial atuou anteriormente como assessor parlamentar na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e, posteriormente, foi transferido para a Casa Civil. Moreira também já fez parte do departamento que agora irá liderar, entre 2004 e 2007, durante os dois primeiros mandatos de Lula. Além disso, foi adido na representação diplomática do Brasil na Indonésia e, em 2018, trabalhou no gabinete do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, atuando como analista de inteligência na área de prevenção e combate ao terrorismo. Os nomes do novo encarregado da Secretaria de Segurança e Coordenação da Presidência e do novo secretário-executivo do GSI também foram escolhidos: os generais Ricardo Augusto do Amaral Peixoto e Ivan de Sousa Corrêa Pinto, respectivamente. O jornal informou que Peixoto atuou como adido na Itália. Em 2019, integrou o gabinete do então comandante do Exército, general Edson Pujol, até 2021. Em seguida, assumiu o comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva. Durante o governo Lula, foi nomeado em abril como o 2º Subchefe do Estado-Maior do Exército. A *Folha* ressaltou que tanto Peixoto quanto Corrêa Filho aguardam a aprovação de suas nomeações pela Casa Civil, mas suas indicações já foram publicadas no Informex, comunicado interno do Exército. (Folha de S. Paulo - Política - 20/05/23)

#### 5- Defesa de tenente-coronel pediu revogação de prisão preventiva e encaminhamento do caso ao STF

Em reportagem publicada pelos periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a defesa do tenente-coronel Mauro Cid apresentou um pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a revogação da prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, no contexto da investigação sobre fraude no cartão de vacinação de Jair Messias Bolsonaro (PL). Como ex-ajudante de ordens do ex-presidente, o oficial do Exército também solicitou o encaminhamento do caso à Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão que anteriormente se manifestou apenas pela prisão temporária dele e de outros investigados pela Polícia Federal (PF). Cid compareceu à sede da PF no dia 08/05/2023 para prestar depoimento, mas exerceu seu direito ao silêncio e não

respondeu às perguntas dos agentes federais. A defesa de Cid, que está detido desde o dia 03/05/2023, argumenta que “o recolhimento domiciliar noturno, a proibição de contato com os demais investigados, a proibição de sair do país e a entrega de seu passaporte são suficientes para preservar a ordem pública e econômica”. A defesa também ressaltou que não há risco de descumprimento das medidas cautelares, a menos que se considere que o Exército brasileiro poderia ser conivente com o descumprimento de uma ordem do STF, o que seria completamente inconcebível em um Estado democrático de Direito. A defesa mencionou precedentes do Supremo Tribunal Federal, citando ministros como Luiz Fux, Roberto Barroso e Gilmar Mendes, que enfatizaram a importância da consolidação de um sistema acusatório e da separação das funções de investigar, acusar e julgar para garantir a imparcialidade do Poder Judiciário. Procurado pela *Folha*, o advogado de Cid, Bernardo Fenalon, afirmou que se manifestará nos autos em respeito ao Supremo. (Correio Braziliense - Política - 20/05/23; Folha de S. Paulo - Política - 20/05/23)

#### 6- Ministro da Defesa minimizou pedido de militares sobre limite de gastos e discutiu exceções para investimentos na Marinha

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, minimizou a solicitação dos militares por isenção do limite de gastos imposto pelo novo arcabouço fiscal. Ele afirmou que "Fazer pedidos não é cometer pecado", em entrevista no dia 19/05/2023. Um dos objetivos dessa solicitação seria poupar os cortes em investimentos na Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), responsável pelo setor de construção da Marinha. Em frente ao Palácio do Planalto, o ministro declarou aos jornalistas que "Cada ramo das Forças Armadas tem procurado se proteger das restrições orçamentárias. Aliás, vários setores estão tentando ficar de fora. O relator entrou em contato comigo e mencionou as dificuldades desse processo, sugerindo que poderia ser tratado em uma área posterior". O deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), relator da proposta no Congresso Nacional, também teria recebido demandas para remover as despesas cobertas pelos fundos Naval, Aeronáutico e do Exército. Representantes da Marinha se reuniram com Cajado no dia 17/05/2023 para discutir o assunto. Segundo informações obtidas pela *Folha*, os membros da Força Naval solicitaram ao deputado a criação de uma exceção na regra fiscal para quaisquer investimentos na Emgepron. Após a publicação da reportagem, a Marinha confirmou que procurou o relator para solicitar um tratamento diferenciado para as despesas relacionadas à Força. Segundo a nota divulgada, o próprio comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, participou da conversa acompanhado de assessores, aproveitando uma visita ao Congresso para participar de uma audiência pública. A corporação informou que a reunião teve como objetivo discutir "assuntos de interesse da Força". A nota também afirmou que "Foram sugeridas ao relator alternativas que permitam a exceção dos fundos vinculados à Marinha e possíveis capitalizações futuras de empresas estatais independentes, relacionadas ao setor estratégico de Defesa". Durante a audiência pública, organizada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o comandante da Marinha argumentou que cerca de 40% dos equipamentos da Força Naval precisarão ser desativados até 2028 e solicitou "previsibilidade na alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas estratégicos". O

Exército e a Aeronáutica não responderam aos contatos feitos pelo jornal. No dia 19/05/2023, o ministro da Defesa se reuniu no Palácio do Planalto com o presidente em exercício e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB) para discutir sobre a Avibras Indústria Aeroespacial, principal fabricante de sistemas pesados de defesa no Brasil, que entrou com um pedido de recuperação judicial em março. Mucio teria defendido na ocasião que o governo encontre uma solução para a empresa, que ele disse ser importantíssima ao país. (Folha de S. Paulo – Mercado – 20/05/23)

#### 7- Colunista avaliou sobre divergências entre a Defesa e a política externa brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy comentou sobre divergências entre a política externa oficial difundida pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e as ações do Ministério da Defesa e de oficiais das Forças Armadas. O autor citou o 1.º Seminário Internacional de Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro e, principalmente, uma possível venda de blindados Guarani para a Ucrânia, ainda que no modelo ambulância, como ações contrárias à proposta de neutralidade política adotada pelo Itamaraty. O primeiro caso, além de ter sido alvo de queixas ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo assessor especial da Presidência, Celso Amorim, foi discutido durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, com deputados governistas, como Carlos Zarattini (PT), acusando os militares brasileiros de “interagir com um lado do conflito, apoiado pela Otan” e pedindo uma estratégia nacional de defesa ancorada na opinião do povo brasileiro e condizente com a posição diplomática. Também estiveram presentes na reunião o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, e os comandantes da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, do Exército, Tomás Miguel Ribeiro Paiva, e da Força Aérea, Marcelo Kanitz Damasceno. Com relação à venda de blindados, o colunista também apontou posições divergentes, pois, enquanto militares argumentam que a venda seria importante para a indústria nacional de defesa e a neutralidade do Brasil não estaria em risco, visto que os blindados visados correspondem ao modelo de ambulância e também poderão ser vendidos à Rússia, membros do Partido do Trabalhadores (PT) se opõem à venda e defendem uma política externa mais neutra. De acordo com Godoy, a discussão evidenciaria a falta de coordenação entre as áreas do governo e a persistência de desconfianças ideológicas da esquerda em relação aos militares, renovadas após os eventos de 08 de janeiro de 2023. (*O Estado de S. Paulo* – Diplomacia – 23/05/23)

#### 8- Colunistas comentaram sobre investimentos de Lula na indústria de Defesa

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, os jornalistas Roseann Kennedy e Gustavo Côrtes comentaram sobre a preocupação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em justificar a sinalização às Forças Armadas de investimentos na área de defesa, através da alta capacidade de geração de empregos que o setor possui. Segundo os colunistas, o vice-presidente da República e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin (PSB), defende que os incentivos aconteçam “mediante

investimento privado e encomendas do exterior”. Segundo a análise dos comentaristas, Lula pretende se aproximar dos militares com essa medida. (O Estado de S. Paulo - Política - 22/05/23)

9- Em entrevista, diretor do Instituto Vladimir Herzog declarou que o Estado brasileiro será cobrado sobre a Comissão da Verdade

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog, Rogério Sottili, reiterou a necessidade de não deixar impune a violência exercida pela extrema-direita no país. Partindo desse princípio, o instituto outorgou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados o relatório "Fortalecimento da Democracia: Monitoramento das Recomendações da Comissão Nacional da Verdade". O principal objetivo do documento é colocar em prática as observações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado para elucidar os delitos que ocorreram durante a ditadura militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, o relatório da CNV, apresentado em dezembro de 2014, abarca 29 observações gerais, entre elas questões relacionadas à violação dos direitos humanos de grupos étnicos particulares. O jornal também destacou que o reconhecimento da violação dos direitos humanos exercida pelas Forças Armadas durante o período e a alteração da grade de estudos nas instituições de ensino militares estão entre as recomendações propostas pelo relatório. A medida recomendada pelo instituto para pressionar o Estado seria o desenvolvimento de uma comissão interministerial, com participação ativa da sociedade civil brasileira. Por fim, Sottili ainda destacou as oportunidades de mudanças que podem ser promovidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo ele “Na política, você não espera o inimigo se fortalecer para poder enfrentá-lo. Eu acho que o presidente Lula tem a oportunidade de dar alguns passos maiores do que deu nos outros governos em relação a isso, por tudo o que aconteceu no dia 8 de janeiro e por todo o desgaste que as Forças Armadas vêm enfrentando.” (Folha de S. Paulo – Política – 25/05/23)

10- STM condenou coronel da Aeronáutica por racismo

Segundo reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Militar (STM) condenou um coronel da Força Aérea Brasileira (FAB) a um ano de reclusão, devido a uma atitude racista contra um soldado que cursava a faculdade de economia. O oficial tinha sido absolvido na primeira instância pela Justiça Militar da União. Segundo o *Correio Braziliense*, a expressão utilizada pelo agressor foi “Um crioulo fazendo economia!”, ao saber da intenção do oficial em realizar intercâmbio nos Estados Unidos. O Ministério Público Militar (MPM) recorreu da decisão, e o ministro do STM, José Barroso Filho, após analisar o relatório, intercedeu pela derrubada da decisão tomada em primeira instância. Na fundamentação da decisão, o ministro afirmou que “O Brasil intitula-se como sendo um país formado de várias raças, etnias e religiões, onde não haveria, em tese, conforme existe em outros lugares, discriminação. Entretanto, é sabido que há uma forma de discriminação velada, trazida por ofensas e comentários desairosos a pessoas e instituições, que demonstram a face segregática de muitos.”. Em entrevista ao *Correio*, o assessor jurídico do STM, Gerson Charbel, declarou que “o STM está começando a lidar com esse tipo de delito.

Determinadas situações que se viam antes, hoje em dia não são mais toleradas, são evoluções da sociedade”. (Correio Braziliense - Brasil - 25/05/23)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNESP/Franca**

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Beatriz Grasião Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giovani Nunes Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar